



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Kaio Anderson Fernandes Gomes¹
Josenildo Santos de Sousa²
Francisnaine Priscila Martins de Oliveira³
Ednardo Arcanjo Garrido⁴

RESUMO

Este artigo versa sobre a apresentação da pesquisa realizada acerca da temática sobre Projeto Político Pedagógico escolar na perspectiva da gestão democrática. O escopo foi investigar o processo de elaboração, reelaboração e execução do Projeto Político Pedagógico Escolar (PPPE) de uma instituição pública estadual de Benjamin Constant - AM. A metodologia pautou-se na abordagem qualitativa a partir da pesquisa documental e de campo, por meio da análise documental e a entrevista semiestruturada. Como resultado destaca a não efetivação do PPPE em sua forma de construção democrática e participativa.

Palavras chave: Projeto político pedagógico, Gestão Democrática, Gestão escolar.

ABSTRACT

This article deals with the presentation of the research conducted on the subject about Pedagogical political

¹ Graduando de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: kaioanderson.amt@gmail.com

² Professor Mestre em Educação no Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: filosofianoaltosolimoies@gmail.com

³ Professora Dra. do Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: francisnaine@gmail.com

⁴ Graduando de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: ednardoarcanjobc@gmail.com

project in terms of democratic management school. The scope was to investigate the process of drafting, revision, and implementation of School Pedagogic political project (PPPE) State public institution of Benjamin Constant-AM. The methodology was qualitative approach from the documentary research and field, through documentary analysis and semi-structured interview. As a result highlights the effectiveness of the not in your construction form PPPE democratic and participatory.

Keywords - pedagogical political project, democratic management, school management.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de apresentar o resultado da pesquisa realizada acerca da temática sobre Projeto Político Pedagógico Escolar (PPPE) na perspectiva da gestão democrática como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura (INC), polo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) na mesorregião do Alto Solimões com sede em Benjamin Constant – AM.

A pesquisa teve como finalidade investigar o processo do Projeto Político Pedagógico Escolar (PPPE) de uma instituição pública estadual de Benjamin Constant – AM, definindo como objetivos específicos conhecer a percepção dos atores no contexto escolar e identificar o processo de elaboração, reelaboração e ou execução do PPPE da escola investigada a qual identificamos como Vitória Régia⁵.

A educação é um direito universal de todos, e legitimada constitucionalmente pela Constituição Federal - CF de 1988 norteadas pelos seus decretos e leis complementares nas quais delegam competências aos estados e municípios e à União a responsabilidade pela organização, discussão e execução das mesmas no âmbito nacional, regional e local.

Enquanto possibilidade de alcançar os objetivos do Projeto Político-pedagógico em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Plano Curricular Nacional – PCNs e o Plano Nacional de Educação – PNE cujo objetivo é promover debates, críticas, avaliação, análises, reelaboração e reflexões

⁵ Vitória Régia é uma planta aquática símbolo da Amazônia, aqui representa a escola investigada, para manter em sigilo a identidade da escola, conforme acordo feito pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido entre o pesquisador e os sujeitos participante da pesquisa.

que envolva não apenas a escola e sala de aula, mais também pais, secretaria municipal de educação e sociedade no todo.

Os problemas que envolvem a construção do PPPE são de diferentes naturezas. São desafiadores e necessitam ser discutidos pelo coletivo, que é bastante heterogêneo. Isso ocorre, porque é formado por diferentes segmentos: professores, gestores, coordenador e orientador pedagógicos, pessoal técnico-administrativo, alunos, pais ou responsáveis por alunos e representantes da comunidade local – que possuem ideias, conhecimento e diversos valores que podem corroborar ou gerar conflitos.

Mendel (2008, p. 41) expressa que “o trabalho de construção do PPPE é um processo que apresenta conflitos, havendo nele interesse de segmentos divergentes. Pois as diversidades torna o desenvolvimento do trabalho coletivo rico e dinâmico”.

Para tal, os sujeitos precisam conhecer a realidade da escola a partir da depois dimensão avaliativa. Avaliar o que essa escola tem feito como ela tem colocado em pauta as propostas, problemáticas, e questões que precisam ser analisado, debatido, discutido e que possibilidades vão ser desenvolvidas e articuladas para que se tenha solução aos problemas e, que solução irá apresentar perante todas às problemáticas identificadas nesse processo.

Entende-se, portanto que a educação não se desvincula das manifestações culturais, da memória coletiva. Ela deve estar inserida no campo político, econômico, social, cultural e o projeto político pedagógico da escola pública é uma realidade a ser discutida e encarada com olhar crítico, a partir da voz dos próprios sujeitos no contexto escolar.

Toda instituição de ensino possui sua peculiaridade. Ao retratarmos sobre o Projeto Político Pedagógico se faz necessário compreender os múltiplos significados que envolvem á escola e o processo ensino aprendizagem. Nestes aspectos projeto significa planejamento de ações que possam corroborar com o sucesso escolar.

O PPPE é um instrumento democrático que procura garantir as condições de acesso e de permanência dos discentes no processo educativo escolar. Portanto, a construção do PPPE se faz necessário na perspectiva da qualidade educacional e de um projeto de sociedade verdadeiramente justa e com equidade social.

O PPPE configura-se como um instrumento que expressa e respeita os direitos humanos. Nesse sentido ele se caracteriza como elemento norteador pelos princípios e diretrizes, como o Plano Nacional de Educação – PNE, pois contempla o funcionamento da instituição escolar e direciona os profissionais de educação ao bom desempenho pedagógico, pois o mesmo é um projeto de nação.

Entretanto, o projeto busca um rumo, uma direção. É uma direção intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto com interesses reais e coletivos de todos os interessando diretamente e indiretamente no âmbito educacional.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS DO PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO

2.1 Conceitos de projeto político pedagógico

Aspecto conceitual de projeto faz parte da essência do ser humano consciente de sua condição de incompletude, em busca incessante de transformar-se para atingir algo desejável e encontrar respostas às suas questões.

O projeto politico-pedagógico é conhecido apenas como projeto pedagógico, pois o mesmo é um documento que deve ser introduzir-se em todas as escolas públicas e privadas seguindo normas segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lei nº 9396/96.

Nesse aspecto Souza (2015. p. 40) explana que “toda educação é um ato político e pedagógico, mas nem toda ação é um ato político. Político porque o fim da educação visa à mudança de atitudes frente à realidade local e aquisição de novos valores”. Através dessa mudança de atos atitudes e valores que envolvem os indivíduos inseridos esse processo de ensino, nesse sentido “político é no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI *apud* SOUZA, 2015, p.93).

Nesse sentido, político se trata de diversos pontos de vista, as diversas polifonias, esses diversos saberes e culturas que constituem a escola passam dialogar na produção desse projeto político-pedagógico e, ainda, que seja proposto um processo de avaliação compatível com essa dinâmica, compatível com essa

ideia de que a escola é para todos e, que deve ser e, que tem que ser de qualidade para todos.

E na constituição de um projeto, o fundamental é “ter coragem de romper com as limitações do cotidiano, muitas delas auto impostas” (ALMEIDA; FONSECA JÚNIOR 2000, p. 23-22). Por esse motivo, na realização das atividades do projeto acontece imprevisto, e mudanças fazem-se necessárias, evidenciando que o projeto traz em seu bojo as ideias de previsão de futuro, abertura para mudanças, autonomia na tomada de decisões e flexibilidade. O “projeto constitui-se em um trabalho em grupo, de formação de um time em que as pessoas, cada qual com seus talentos, se relacionam em direção a um alvo em comum” (GADOTTI; ROMÃO 1997, p. 37).

Por muitos anos as escolas públicas e privadas tem como seu ponto de partidas para as atividades acadêmicas o PPPE, e através do mesmo que a escola terá um guia (manual) que na qual irar direcionar todos os envolvidos no ensino, ater um ensino e aprendizagem de qualidade.

Portanto, o PPPE é uma construção própria da instituição, não é solitário, pois ele exige uma postura colaborativa entre as pessoas envolvidas intencionados no sentido de busca atingir no futuro suas metas nas quais é representada por um conjunto de ações que antevê como necessário para executar, a fim de transformar uma situação problemática em uma situação desejada.

2.2 Perspectiva da gestão democrática

A perspectiva de uma gestão democrática é pautada na gestão participativa, pois a gestão da escola trabalha com parcerias tanto com a comunidade interna da escola quanto a comunidade externa, a gestão procura de todas as formas trabalhar sempre em união, nas quais sempre estão em reuniões com os professores, pais e responsáveis por alunos.

A gestão democrática tem o caráter de mobilizar, articular, incitar filosoficamente envolvendo a participação da comunidade acadêmica (gestor, professores, alunos, pedagogo, psicólogo, secretário e serviços gerais) junto á comunidade externa (pais e responsáveis por alunos) na qual faz parte e deve fazer parte dos interesses que envolva a educação e o ensino- aprendizagem da escola.

A democratização da educação básica e superior como direito de todos os cidadãos, (ILMA, 2007, p. 11) enfatiza que a democratização escolar “é uma meta não somente de governo ou de Estado, mas é também uma aspiração, relativamente manifestada tanto social coletivamente quanto individualmente – ainda que de maneira mais ou menos latente”. Porém, muitas vezes negada pelo exercício da restrição aberta ou velada à efetiva democratização da sociedade brasileira.

Embora a gestão democrática figure como norma jurídica desde a Constituição Federal de 1988, sua regulamentação tem sugerido uma diversidade de interpretação que variam segundo o lugar e os agentes envolvidos.

Desse modo Oliveira (1997, p. 205) “afirma que a gestão democrática do ensino público supõe a transparência de processos e de atos, ao caráter público e se opõe o privado e o secreto”. [...] A gestão democrática convive com certas especificidades hierárquicas da escola. Por princípio, o professor detém um conhecimento cujo conteúdo - presume-se não é dominado pelo estudante. Nesse sentido far-se-á necessária a gestão democrática para a socialização e troca do conhecimento além das especificidade da escola.

Nessa perspectiva, não vale apenas a perpetuação das diferenças de saberes, mais sim a parceria entre os sujeitos, como afirma (OLIVEIRA, 1997, p. 205) que “em relação ao conhecimento quando mais se utiliza e compartilha mais se concebe, além disso, o educador quando mais serve não se esquece da natureza do serviço público inerentes à troca do conhecimento mais se multiplica”. Segundo a autora salienta que a gestão democrática tem um interlocutor (oculto) que é o autoritarismo hierárquico de que se revestiu tanto a administração das redes quanto a própria relação pedagógica entre o corpo docente.

Portanto, se o gestor da escola se adequar à gestão democrática e não a gestão autocrática é claro que a escola tem muito a ganhar, tanto nos aspectos ensino, quanto administrativos, Recursos Humanos (RH) entre outros fatores que compõe a estrutura da escola. Quando referimos á gestão democrática, estamos nos referindo á liberdade de expressão o direito ao filosofar (falar, dialogar, criticar, opinar) sendo assim o gestor tem o caráter de saber unir as relações.

No entanto a Gestão Democrática e os mecanismos de Participação na elaboração, execução e avaliação de propostas escolar segue todo um rito de normas estabelecidas por leis, ao ensino de forma participante sendo elaborado por todos os envolvidos com a educação, e fazendo assim sua execução avaliando cada

docente em suas práticas metodológicas. Essas que se faz o ensino e aprendizagem de qualidade, com responsabilidade e compromisso com a educação.

Outro passo importante e saber como a escola está em relação aos resultados adquirido no processo de desenvolvimento nas políticas públicas estaduais e nos programas que são desenvolvidas e articuladas pela Secretaria Estadual de Educação. Segundo Mendel (2008, p. 9) “faz-se necessário criar um clima de confiança no que diz respeito às relações interpessoais. A construção desse ambiente é o que ampara os fatores citados anteriormente, contribuindo decisivamente para que haja sucesso em todo o processo”.

Enfim, percebe-se que o ato democrático possibilita-nos novos horizontes nos quais cada indivíduo esta ciente dos seus direitos e deveres perante aos parâmetros legais da educação. Como acima citado a democratização da educação básica e superior não são objetivos somente do governo mais, sim de toda sociedade ou de forma particular mesmo que de forma oculta mais se faz presente a democratização á todos os indivíduos inserido na educação.

3 NOTA CONCLUSIVA

Quanto ao processo educativo escolar por meio construção do PPPE na gestão democrática percebeu-se que a comunidade acadêmica Vitória Regia, ainda precisa se organizar para concluir seu PPPE de forma democrática, apesar de se preocupar com um processo ensino e aprendizagem de qualidade.

A instituição não possui o seu PPPE de fato concretizado. Mas, os professores e a gestão buscam subsídios para melhorias do ensino, fazendo uso do PPPE enviado pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas– SEDUC.

O corpo docente trabalha na medida do possível articulando suas práticas pedagógicas ao programa curricular estabelecido pelos planejamentos docentes no que diz respeito ao conteúdos disciplinares e atividades escolares.

Por mais que a escola não disponha de seu PPPE ela conta com uma estrutura técnica com apoio pedagógico, aulas de informática, biblioteca, aulas de educação física, além de espaços físicos como refeitório e cantina. Pois esses espaços tornam possível um melhor desempenho intelectual, mental, social, moral,

ético entre outros fatores positivos á educação pública corroborando a formação de qualidade dos discentes.

O papel da escola deve assegurar e promover o compromisso educacional tendo em vista a democracia. O PPPE é indispensável nos dias atuais, pois ele se concretiza como um instrumento que vem oferecer a autonomia escolar, permitindo então a construção da cultura e identidade escolar.

REFERENCIAS BILIOGRÁFICAS

ALMIR, Liberato da Silva. Manaus: **Universidade do Estado do Amazonas**, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

ELIAS, Isaac Moraes. **Um estudo de caso da práxis do gestor em uma Escola Pública, de ensino fundamental em Benjamin Constant no estado do Amazonas**. - UFAM, Benjamin Constant 2011.

ILMA, Pessoa Alencastro Veiga (org.).- **Quem sabe faz de construir o projeto político-pedagógico** / Campinas, SP: Papyrus, 2007. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

MENDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola** – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (coleção educação contemporânea).

OLIVEIRA, Andrade Dalila. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos** – Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

SOUSA, Josenildo santos de. **O uso do cinema na articulação de temas transversais de e desenvolvimento sustentável no Ensino Fundamental do município de Parintins-Amazonas-Brasil**. Colômbia, 2015.